

ANC PA

Empresas em liquidação têm dívidas corrigidas

30 JUN 1988

A Constituinte definiu ontem que as instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial ou de falência e sob intervenção terão que pagar correção monetária sobre seus débitos com o Banco Central e o BNH. O dispositivo aprovado atinge os passivos anteriores a promulgação da futura Constituição, que não tiverem sido liquidados até janeiro deste ano.

Na opinião do deputado Ronaldo Cesar Coelho, esta retroatividade é que é a grande novidade da emenda aprovada e significa "uma explosão", pois atingirá instituições como a Delfin, por exemplo, cuja liquidação está para ser decidida esta semana pelo CMN. Para ele, a emenda é "altamente moralizadora". A emenda é de autoria do ex-deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que era suplente e exerceu o mandato constituinte por um período. Ela recebeu 387 votos favoráveis, apenas um contrário — do deputado Homero Santos (PFL-MG) — e nove abstenções.

A emenda foi defendida da tribuna pelo deputado José Serra (PSDB-SP). De acordo com o texto, sofrerão correção as dívidas decorrentes dos recursos aplicados pelo Banco Central e BNH para

garantir os depósitos de clientes das instituições atingidas e para a compra de obrigações passivas. Todos atingidas e para a compra de obrigações passivas. Todos os partidos orientaram suas bancadas para votar favoravelmente à emenda.

Prisão

O empresário Milton Milreu — acusado de fraudar o Inamps — está sendo procurado pela Justiça mineira, que poderá decretar a sua prisão preventiva dentro das próximas horas. Ele, e mais três empresários de São Paulo, são acusados de aplicar um golpe superior a Cz\$ 100 milhões nos pecuaristas de Montes Claros, no norte de Minas.

Ontem, o delegado regional de Montes Claros, Helder Machado Cordeiro, revelou que Milreu — que se apresentou em Montes Claros como dono da empresa paulista Lilly Artefatos e Laminados de Madeiras Ltda — e mais José Samuel de Castro Filho e João Batista Assumpção têm, até a próxima segunda-feira, para se apresentar à polícia mineira. Caso contrário será pedida a prisão preventiva dos três. A Lilly fica na Avenida 9 de julho, na capital paulista.